

Caminhos e Descaminhos da Educação Infantil: Dilemas de uma Educadora Paraense.

Maria do Socorro Castro Hage*

Resumo

Este artigo apresenta os principais aspectos estudados e desenvolvidos em minha Dissertação de Mestrado que se toma como ponto de partida uma investigação sobre minha história de vida enquanto educadora e pesquisadora no campo da Educação Infantil, relacionando-a à literatura atual produzida sobre esta temática, como também à legislação vigente neste campo. Ele tem por objetivo resgatar dilemas e conflitos por mim vivenciados e investigá-los com a perspectiva de analisar os caminhos e descaminhos que hoje este campo educacional enfrenta na busca de sua identidade própria. Entre as questões abordadas neste estudo, damos ênfase nas concepções e tendências presentes na Educação Infantil, e na análise das legislações e diretrizes inseridas nas políticas públicas vigentes para este campo.

Palavras-chave: educação infantil, história de vida, política educacional.

Este artigo apresenta os resultados de um estudo sobre a realidade da Educação Infantil no Brasil, que tem por objetivo analisar os desafios e as perspectivas que hoje este campo educacional enfrenta na busca de sua identidade própria.

Entre as questões abordadas nesta pesquisa, procuramos dar ênfase no aprofundamento das características, especificidades e tendências atuais da educação infantil, elucidando tais questões a partir do confronto entre: as experiências por mim acumuladas em minha prática enquanto educadora neste nível de ensino, uma pesquisa teórica sobre esta temática, considerando a literatura recente produzida neste campo e uma análise documental da legislação presente nas políticas públicas vigentes para esta etapa escolar.

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, N° 4, 2003

* Mestra em Educação: Supervisão e Currículo. Professora substituta da Universidade do Estado do Pará. Leciona Didática e Política Educacional.

Inserindo as reflexões sobre a Educação Infantil num contexto sócio-educacional mais amplo, temos constatado que de um modo geral a realidade educacional brasileira apresenta graves problemas, que comprometem o futuro do país em seu desenvolvimento, principalmente quando tomamos em conta o baixo nível de escolaridade da população, a má qualidade do ensino e a falta de vagas nas escolas em algumas regiões do país.

Estes problemas refletem por si só o descaso para com a educação pública, a qual tem recebido por parte de nossos governantes pouco empenho no sentido de solucionar os seus problemas, conforme podemos constatar a partir dos dados obtidos do IBGE (Censo 2000), a seguir apresentados:

-a taxa de analfabetos no país com mais de 15 anos de idade é de 13,6%.

-em números absolutos, dos 169,79 milhões de brasileiros:

- 17,6 milhões são iletrados;
- e 25 milhões são analfabetos funcionais;
- ao todo temos quase 43 milhões de analfabetos adultos (1/4 da população brasileira);
- e isso por que não contabilizamos os analfabetos tecnológicos (aqueles que não sabem fazer uso da tecnologia).

-na faixa etária de 7 a 14 anos de idade, o Brasil se aproxima da cobertura universal, com 94,9% das crianças na escola.

-entretanto, os dados do Censo Escolar de 2001, divulgados pelo próprio MEC, mostram que em 2000, num total de 27,6 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental: 3,8 milhões foram reprovados - 13,7%;

- 3,4 milhões de estudantes abandonaram as aulas - 12,3%;
- As taxas de insucesso escolar atingem portanto 26% dos estudantes do ensino fundamental - 7,2 milhões de estudantes;

- O censo demonstra ainda que 22% (7,7 milhões) dos alunos do ensino fundamental estão acima da idade escolar adequada, com mais de 15 anos. (esses alunos não são atendidos pelo FUNDEF, apesar de estar no ensino fundamental, por que o FUNDEF só financia os estudantes de 7 aos 14 anos).

Especificamente em relação à Educação Infantil, este quadro desalentador também se faz notar a partir dos resultados dos levantamentos mais recentes (IBGE, Censo 2000) sobre a situação educacional das crianças nesta etapa escolar:

- A taxa de escolarização das crianças de 0 a 4 anos é de 17,8% em todo Brasil. Isso significa que 82,2% das crianças de 0 a 4 anos não é atendida na escola.
- A taxa de escolarização das crianças de 5 e 6 anos de idade é de 71,9%. Isso significa que 28,1% das crianças de 5 a 6 anos não é atendida na escola.

A apresentação das estatísticas anteriormente evidenciadas são reveladoras do processo de elitização a que encontra-se submetida grande parte da educação brasileira com relação à educação, fazendo-se necessário e urgente a ampliação da oferta de educação para todos e em especial para as crianças de 0 a 6 anos, de modo a garantir o acesso e permanência das mesmas nas escolas.

No entanto, em que pese o fato deste quadro estatístico ser desencorajador, o campo da Educação infantil vem buscando definir sua identidade própria, como resultado das transformações que o mesmo vem enfrentando no contexto social, frente às pressões políticas e às expectativas da sociedade como um todo.

Neste processo de definição, as proposições encaminham-se no sentido de rever as práticas educativas compensatórias ou de guarda e assistência, como também, aquelas de cunho preparatório para o ensino fundamental. Em substituição à tais práticas, os educadores, instituições e estudiosos do campo da Educação

Infantil têm apontado para a concretização de uma ação orientada por aspectos pedagógicos que centram-se nas expectativas e necessidades reais das crianças.

A busca de identidade deste campo, também têm levado os sujeitos individuais e coletivos que atuam na Educação Infantil a propor a revisão das políticas públicas atuais, reivindicando diretrizes que atuem no sentido de atender sobretudo as crianças menos favorecidas de nossa sociedade nesta etapa escolar.

Como ponto de partida para as interpretações dos desafios e perspectivas que o campo da Educação Infantil vem enfrentando em nosso país, efetivei uma revisita à minha história de vida enquanto educadora neste campo, resgatando as experiências e os problemas mais significativos por mim vivenciados neste processo.

Nosso objetivo principal na escolha da história de vida como metodologia de nossa pesquisa baseia-se no fato de que viver situações concretas no cotidiano da educação, oferece subsídios para uma reflexão teórica acerca desta prática como forma de revê-la e transformá-la.

Por outro lado, o resgate de minha história de vida neste estudo veio também favorecer uma melhor compreensão das tendências pedagógicas que têm permeado a prática educativa dos profissionais que atuam na Educação Infantil.

O resgate de minha história como educadora origina-se a partir do momento em que chegando no Município de Tomé-Açu, no interior do estado do Pará no ano de 1984 inicio minhas atividades educativas como professora de pré-escola.

As inúmeras situações por mim vivenciadas, para além de toda a experiência acumulada, me possibilitaram perceber a desvalorização e o desprezo que existia para com os professores e com as crianças da pré-escola. Havia ainda, uma certa recusa em assumir o papel de babá, fato que refletia uma idéia equivocada da posição que o professor deveria assumir frente às crianças.

O resgate dos dilemas e conflitos vivenciados neste período constituiu-se num trabalho árduo, mas enriquecedor, uma vez que a

reflexão sobre a própria prática traz sempre em seu bojo novas descobertas e novos desafios, que precisam ser buscados sob um outro olhar e numa nova perspectiva.

Após 5 anos de trabalho desenvolvido junto à pré-escola no interior do Estado, retorno à Belém e ingresso no Instituto Superior de Educação do Pará - ISEP, para cursar Licenciatura Plena em Educação Básica do Pré-Escolar à Primeira à Quarta Série, e a partir deste momento, inicia-se uma nova fase em minha trajetória profissional.

O cotidiano no interior do ISEP configura-se numa proposta de trabalho baseada no ensino e na pesquisa, onde fui levada à conhecer, pesquisar e produzir a partir de autores que são referências no campo da Educação Infantil, tais como: Piaget, Vigotsky, Montessori, Froebel, etc, visando superar uma grande lacuna teórica, enfrentada nos momentos iniciais de minha vida profissional como professora de pré-escola.

Ao concluir o curso de graduação, presto seleção para o mestrado na PUC de São Paulo e reinicio meus estudos e pesquisas acerca da Educação Infantil com possibilidades de ampliação de minhas referências teóricas acerca deste campo educacional, contribuindo assim para o melhor entendimento das inquietações e conflitos presentes em minha prática cotidiana de educadora.

O estudo sistemático dos autores e pesquisadores do campo da Educação Infantil, proporcionou-me também, uma interpretação mais consistente de minha experiência como professora de pré-escola, superando uma análise intuitiva e imediata de minhas ações.

Neste sentido, uma revisita à minha história de vida enquanto educadora no campo da Educação Infantil, foi imprescindível para que eu pudesse compreender a importância da realização de um aprofundamento teórico como pré-requisito básico para a efetivação de uma prática mais consistente.

O resgate de minha trajetória profissional incentivou-me também a realizar um estudo mais aprofundado sobre as tendências pedagógicas que têm permeado a prática educativa dos profissionais que atuam na Educação Infantil, a partir de uma visão histórica do surgimento e da necessidade da

Educação Infantil em nosso país, o que passo a apresentar a seguir.

Sabemos historicamente, que a Educação Infantil no Brasil surge como conseqüência das condições objetivas que vivenciamos desde o início do processo de urbanização e industrialização em nossa sociedade. Neste contexto, vários fatores contribuíram para a sua expansão, entre os quais se destacam: a participação crescente da mulher no mercado de trabalho, exigindo seu afastamento dos afazeres domésticos e do cuidado dos filhos; a consciência social sobre o significado da infância; e o reconhecimento por parte da sociedade, sobre o direito da criança à educação, em seus primeiros anos de vida.

Embora sua trajetória em nosso país remonte ao século passado, somente nas duas últimas décadas tem ocorrido um crescimento mais significativo de atuação no campo da Educação Infantil. Os educadores, psicólogos e outros estudiosos têm ampliado recentemente sua preocupação com os problemas da criança no Brasil.

Incorporando um referencial teórico bastante significativo, resultante dos estudos realizados neste campo, a Educação Infantil atualmente é compreendida em nosso país, como o atendimento educacional às crianças de 0 a 6 anos de idade em creches e pré-escolas, constituindo assim na primeira etapa da educação básica.

Entretanto, convém ressaltarmos que atualmente no Brasil ainda existe uma discussão constante entre os educadores, pesquisadores e profissionais ligados à este campo educacional, acerca do papel da Educação Infantil, em virtude da necessidade de se definir com clareza a melhor forma de atuação nesta etapa escolar.

Segundo MACHADO (1996) há quem acredite que o acesso à pré-escola é um indicador de status social e uma garantia de sucesso nos níveis posteriores de ensino. Há quem veja nela uma necessidade, a opção "menos ruim" para deixar crianças pequenas, pois bom mesmo seria que estivessem com suas mães. Há ainda quem defenda ser esse espaço o ideal para compensar a criança da escassez de praças, de áreas verdes ou de companhia à que o desenvolvimento e a estrutura social urbana a condenou.

A partir dessa afirmação, podemos constatar, que a pré-escola vem se apresentando: ora como uma instituição onde as crianças passam o tempo todo presas às "lições", aos exercícios de coordenação motora e aos trabalhos mimeografados; ora como um espaço onde predominam na rotina as atividades de alimentação e cuidados da higiene e da saúde; ora simplesmente como um lugar seguro e agradável para as crianças brincarem à vontade.

BORGES (1994) afirma que em decorrência de inúmeros fatores, temos atualmente no Brasil, uma pré-escola descaracterizada, perdida entre inúmeras funções que lhe vem sendo atribuídas.

A explicitação dessas várias funções assumidas pela pré-escola, insere-se no processo de desenvolvimento das inúmeras tendências pedagógicas presentes nas concepções e práticas dos educadores e instituições que atuam neste campo.

Neste sentido, percebemos que atualmente as concepções de Educação Infantil e a teorização sobre elas têm avançado bastante, no entanto, as práticas efetivadas em sala de aula, parecem não ter acompanhado o ritmo de desenvolvimento deste campo.

Este fato tem refletido no abandono e na exclusão das crianças empobrecidas que, por não conseguirem adequar-se ou mesmo acompanhar as exigências a elas impostas pela escola, acabam sendo expulsas e em alguns casos nem conseguem acesso a esta etapa escolar.

Esta realidade nos permite perceber que as concepções presentes na tendência compensatória, ou seja, aquela que propõe uma ação educativa para solucionar os problemas da criança "culturalmente carente", ainda são muito fortes nas salas de aula de muitos professores que atuam junto às crianças de 0 a 6 anos.

Para estes professores, as crianças empobrecidas são tidas como "deficientes", "problemáticas", "preguiçosas", sendo em geral preteridas em relação às crianças pertencentes a um meio social considerado "adequado" e "facilitador" do seu desenvolvimento e de sua aprendizagem.

De maneira semelhante, a concepção de Educação Infantil com função preparatória também é muito marcante na prática de grande parte dos

educadores e das instituições que atuam neste campo em nosso país. De acordo com esta visão, a criança é moldada em função do que a escola espera dela. Desde o momento de seu ingresso nestes estabelecimentos, a criança é levada a desenvolver diversas atividades com o objetivo específico de promoção para a etapa escolar seguinte. O seu momento presente é pouco ou quase nunca valorizado, pois o que interessa é o que ela será capaz de realizar no futuro.

Ler e escrever, portanto, tornam-se metas principais para esta tendência, que submete a criança a uma série de ações mecânicas e sem sentido para o seu desenvolvimento, desprezando a vivência e as experiências cotidianas das mesmas.

Por outro lado, os avanços dos estudos e pesquisas no campo da Educação Infantil têm demonstrado o fortalecimento crescente de uma tendência pedagógica com objetivos e proposições que se diferenciam das anteriores. Segundo seus pressupostos, a criança é entendida como um ser histórico, social, global. O trabalho educativo que ela propõe assume uma outra dimensão, centrando-se nas necessidades atuais das crianças bem como respeitando suas diferenças e peculiaridades.

No entanto, é curioso notar que, apesar da centralidade nas questões pedagógicas enunciada por esta tendência, nosso estudo nos permitiu perceber a existência de interpretações diversas e entendimento específico do que seja este "pedagógico".

Em determinadas proposições, o "pedagógico" pode ser entendido numa perspectiva cognitiva, pautando-se fundamentalmente no aspecto psico-motor da criança, desconsiderando dessa forma, toda uma perspectiva crítica e política que a atuação da Educação Infantil poderia assumir, sobretudo em relação às crianças mais pobres.

Numa outra dimensão, muitas vezes esta centralidade do "pedagógico" tem se apresentado considerando todo o contexto sócio-histórico em que a criança se insere, permanecendo porém, no discurso crítico que nada transforma por privilegiar a elaboração de políticas e programas clientelistas ao invés de empreender esforços concretos que possibilitem uma ação educativa significativa junto às crianças desta etapa escolar.

Contrapondo-se às perspectivas anteriores, felizmente temos encontrado proposições e ações que, ao entender a Educação infantil numa perspectiva mais ampla, inserida numa concepção emancipatória de educação, buscam compreender um processo educativo que enfrente as desigualdades sociais e possibilite a superação das mesmas.

Tais diversidades que se tornam concretas nas práticas cotidianas de educadores e instituições que trabalham com a Educação Infantil neste país, foram melhor visualizadas a partir da realização de análise das atuais políticas públicas definidas no campo da Educação Infantil.

Tal análise teve como um dos seus focos principais a Legislação vigente em nosso país, que no decorrer de seu processo de desenvolvimento apontaram para os problemas que o campo da Educação Infantil vem enfrentando.

A Constituição de 1988 e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foram consideradas marcos históricos em seus respectivos períodos, por apresentarem em seu bojo referências inovadoras para o atendimento da criança de 0 a 6 anos em nosso país.

Com relação à Constituição de 1988 o seu avanço é percebido ao fazer referências a direitos específicos das crianças, que não sejam aqueles circunscritos ao âmbito do Direito da Família.

Esta Constituição é considerada como o primeiro texto constitucional que define claramente como deve ser do Estado o direito da criança de 0 a 6 anos ao atendimento em creche e pré-escola. Segundo AGUIAR (1994), ao situar a creche no capítulo da Educação, esta Constituição explicita sua função eminentemente educativa, à qual se agregam as funções de cuidado, historicamente exercidas e buscadas.

Estes fatos por si só, representam um avanço extremamente significativo em direção a uma realidade mais favorável ao desenvolvimento integral da criança brasileira. CAMPOS (1995) considera que, enquanto as Constituições anteriores limitavam-se a expressões como "assistir" ou "amparar a maternidade e a infância", a nova Carta nomeia formas concretas de garantir não só esse amparo mas principalmente

a educação dessa criança.

Por outro lado, a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB nº 9.394/96, é a primeira Lei Geral da Educação a tratar especificamente da Educação Infantil. Ela dedica-lhe a sessão II, do capítulo II, definindo objetivos, competências administrativas e as especificidades do processo de avaliação.

No artigo 62, ela estabelece que a exigência de formação mínima para os educadores que atuarão neste campo educacional é o curso de nível médio na modalidade *normal*.

A nova LDB estabelece também que a Educação Infantil é parte construtiva da Educação Básica, conforme afirma seu artigo 29:

"A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade."

Ela estabelece ainda, a especificidade da avaliação na Educação Infantil, sem o objetivo da promoção.

Segundo PEREIRA & TEIXEIRA (1997), a atual LDB expressa claramente uma mudança conceitual na Educação Infantil ao constituir-se na primeira etapa da Educação Básica. Esse fato torna evidente o reconhecimento da Educação Infantil como etapa específica da formação humana, com base na idéia da educação como processo contínuo, que se inicia a partir do nascimento da criança.

Como consequência, além dos três anos previstos para a pré-escola, incluiu-se o atendimento em creches às crianças na faixa etária de 0 a 3 anos, ampliando a Educação Infantil para 6 anos de escolarização, atendendo o ensino fundamental, numa linha de continuidade.

Por outro lado, ao reconhecermos que a atual LDB confere à Educação Infantil um significativo avanço em termos conceituais, precisamos ser cautelosos em nossas análises com relação aos avanços conquistados por este campo com a aprovação da referida Lei.

Nossa advertência refere-se ao fato de que o texto ora aprovado retira integralmente o Artigo do Projeto do Senado que permitia a incorporação

gradativa da última série do pré-escolar ao ensino fundamental, fato que desobriga o Estado de responsabilizar-se pela oferta e gratuidade da educação às crianças de 4 a 6 anos.

De qualquer modo, considerando os aspectos significativos ou não, da Legislação vigente, seus efeitos resultaram na definição de inúmeros documentos, entre eles a "Política de Educação Infantil" elaborado pelo MEC, que redimensiona as diretrizes gerais para uma política de Educação Infantil, bem como as ações que o Ministério deverá coordenar, nos próximos anos, relativas a esse campo educacional.

Este documento por sua vez, traz também em suas características gerais alguns avanços no que diz respeito ao atendimento da criança de 0 a 6 anos, como também, apresenta algumas questões problemáticas que por não estarem claramente definidas, poderão inviabilizar uma prática efetiva que transforme a situação da Educação Infantil em nosso país.

Se compararmos o documento "Política Nacional de Educação Infantil" proposto pelo MEC com as legislações anteriores, podemos constatar que o mesmo apresenta significativos avanços no que diz respeito ao atendimento das crianças de 0 a 6 anos.

O referido documento apresenta referências à definição de um currículo para a Educação Infantil, que considere na sua concepção e administração, o grau de desenvolvimento da criança, a diversidade social e cultural das populações infantis e os conhecimentos que se pretendam universalizar.

Outro aspecto observado diz respeito à formação dos profissionais que atuam neste campo educacional. A proposta do MEC afirma que os mesmos devem ser formados em cursos de nível médio ou superior, que contemplem conteúdos específicos relativos à essa etapa da educação.

Ainda apontando os avanços que o documento "Política Nacional de Educação Infantil" apresenta, podemos perceber a reafirmação da importância da Educação Infantil fundamentada numa concepção de criança como cidadã, como pessoa em processo de desenvolvimento, como sujeito ativo da construção de seu conhecimento.

No que diz respeito à promoção da melhoria da qualidade do atendimento em creches e pré-escolas, este documento incentiva a ampliação da função educativa da creche apontando para a superação da dicotomia entre creches e pré-escolas no que concerne às ações de cuidados e às funções educativas.

BARRETO (1995) em seus estudos, afirma que as principais dificuldades a serem enfrentadas atualmente para se atingir os objetivos explicitados na Política Nacional de Educação Infantil, são:

1. A expansão da oferta de vagas para o atendimento à criança de 0 a 6 anos;
2. O fortalecimento nas instâncias competentes aquelas que efetivamente executam ações de Educação Infantil, como os Estados, Municípios e Organizações Não-Governamentais da concepção de Educação Infantil definida no documento de política do MEC;
3. A promoção da melhoria da qualidade do atendimento em creches e pré-escolas.

Na avaliação desta autora, esses objetivos são bastante ambiciosos quando se considera que, apesar dos avanços ocorridos nas últimas décadas na área da educação da criança de 0 a 6 anos, estamos muito distantes de um atendimento que se caracterize por padrões adequados de qualidade e de possibilidades de acesso.

Por outro lado, também percebemos que o documento que expressa a "Política Nacional de Educação Infantil" apresenta alguns fatores que consideramos preocupantes no que se refere ao atendimento das crianças de 0 a 6 anos em nosso país.

O referido documento reafirma a necessidade dos municípios assumirem a responsabilidade pelo atendimento à Educação Infantil. Essa é uma questão polêmica, que tem sido alvo de inúmeras interpretações, face às conseqüências que a mesma pode trazer em virtude da diversidade das condições presentes nos municípios brasileiros.

Com relação à Educação Infantil, a municipalização do ensino para este campo educacional já vem sendo proclamada desde a Constituição Federal de 1988, onde o município

ficou instituído como o responsável por essa educação para garantir o acesso de todas as crianças às instituições administradas pelas autoridades locais.

Segundo SOUSA (1996) estas entidades deverão estar sujeitas às diretrizes gerais determinadas pelos órgãos federais ou estaduais de educação, já que se faz necessária uma articulação entre eles para que o sistema de parceria funcione para todos os municípios.

Não obstante as prerrogativas das legislações atuais no que diz respeito a esse tema, o processo de municipalização com relação à Educação Infantil, vem se mostrando problemático, pela obscuridade das regras de convivência entre Estados e Municípios e, sobretudo, pela ausência de parâmetros explícitos que revelem as condições básicas de cada município para assumir ou não a responsabilidade pelo atendimento das crianças de 0 a 6 anos.

Sem pretender esgotar a discussão sobre os caminhos e descaminhos da Educação Infantil em nosso país, podemos considerar que hoje, em termos teóricos, as reflexões sobre as suas concepções, tem resultado num acúmulo significativo de proposições e conquistas em termos de legislação e de políticas com relação à essa faixa etária. Entretanto, o cotidiano de sala de aula tem demonstrado que estes avanços ainda não se concretizam em práticas efetivas. É esta situação, se constata a partir dos índices oficiais de exclusão escolar, sobretudo das crianças que pertencem às classes menos favorecidas e que enfrentam inúmeras dificuldades para adequar-se às exigências impostas pela escola.

Por parte de um grande número de educadores e instituições que atuam na Educação Infantil, as concepções compensatórias, que objetivam solucionar os problemas da criança "culturalmente carente"; e as preparatórias, que preocupam-se basicamente com a etapa escolar seguinte; são predominantes, constituindo-se em um dos grandes problemas que este campo educacional enfrenta.

Segundo KORCKZAK (1997), estes educadores e instituições parecem desconhecer que a criança é um ser especial, merecedor de nosso

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 4, 2003

amor e atenção, não como futuro homem ou mulher, mas na sua especificidade. Em nome de um futuro hipotético, eles subestimam tudo o que são alegrias, tristezas, espantos, cóleras e paixões das crianças. Em nome de um futuro que a criança não compreende, e nem precisa compreender, nós lhe roubamos anos inteiros de sua vida.

Assim sendo, um dos grandes desafios que hoje os professores e as instituições que atuam no atendimento educacional das crianças de 0 a 6 anos deve enfrentar, diz respeito à maneira de lidar com a criança pobre, considerada em geral, como "problemática" ou mesmo "deficiente". Ela não pode ser apenas encarada como um ser aprendente, mas como um ser humano que precisa ser respeitado e valorizado em seu tempo presente.

Nesta perspectiva, é salutar que estejamos presenciando o fortalecimento crescente de estudos e proposições pautados numa tendência que prioriza os aspectos históricos, sociais e globais das crianças, centrando o trabalho educativo nas necessidades atuais das mesmas e respeitando suas diferenças e peculiaridades.

Esta situação requer a definição de políticas públicas comprometidas com a real situação que enfrenta o campo da Educação Infantil em nosso país, sobretudo no que diz respeito às precariedades de atendimento, financiamento, qualificação e valorização docente dos profissionais que atuam neste campo educacional.

Bibliografia

BARRETO, Ângela Rabelo. *Educação Infantil no Brasil: Desafios Colocados*. Caderno Cedes, Campinas, Papirus, 1995.

BRASIL. *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro gráfico, 1998.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Nova LDB (Lei 9.394)*. Rio de Janeiro, 1997.

BORGES. Tereza Maria Machado. *A criança em Idade Pré-Escolar*. São Paulo: Ática, 1994.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo. T. A. Queiroz. 1979.

CAMPOS. Maria Malta et ali. *Creches e Pré-Escolas no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Cortez, 2. Ed. 1995.

GARCIA, Regina Leite. *Revisitando a Pré-escola*. São Paulo, Cortez, 1993.

HAGE, Maria do Socorro Castro. *Caminhos e Descaminhos da Educação Infantil: Dilemas de uma educadora Paraense*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1997.

IBGE. *Censo 2000: Brasília*. 2001.

KISHIMOTO, Tisuko Morchida. *Pré-escola e democratização do ensino*. São Paulo, FDE, 1994.

KORCKZAK, Janusz. *Como amar uma criança*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce*. São Paulo, Cortez, 1995.

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 4, 2003

MACHADO, Maria Lúcia. *Educação Infantil e Currículo: A especificidade do Projeto Educacional e Pedagógico para Creches e Pré-Escolas*. Trabalho apresentado na 19ª reunião Anual da ANPED. Caxambu - MG. 1996.

Ministério da Educação e do Desporto. *Política de Educação Infantil*. Brasília, Secretaria de Ed. Fundamental/ Coordenação da Educação Infantil. Outubro de 1983.

_____. *Educação Infantil no Brasil: Situação atual*. Brasília, Secretaria de Ed. Fundamental/ Coordenação da Educação Infantil. Outubro de 1994.

_____. *Política Nacional de Educação Infantil*. Brasília, Secretaria de Ed. Fundamental/ Coordenação da Educação Infantil. Outubro de 1994.

_____. *Por uma política de formação do profissional da Educação Infantil*. Brasília, Secretaria de Ed. Fundamental/ Coordenação da Educação Infantil. Outubro de 1994.

NÓVOA, Antônio (Org.). *Vidas de Professores*. Portugal, Porto Editora, 1992.

PEREIRA, Eva Waisros & TEIXEIRA, Zuleide Araújo. *Educação básica Redimensionada*. IN: BRZEZINSKI, Iria (Org.). *LDB Interpretada: Diversos olhares que se entrecruzam*. São Paulo: Cortez. 1997.

SOARES, Magda. *Metamemórias - memórias: Travessia de uma educadora*. São Paulo, Cortez, 1991.

SOUSA, Ana Maria Costa de. *Educação Infantil: uma proposta de gestão municipal*. Campinas: Papirus. 1996.

SOUSA, Solange Jobim. *Avanços, retrocessos e impasses da política de Educação Pré-escolar no Brasil*. São Paulo, Loyola, 1991.

TIRIBA, Lea. *Buscando caminhos para a pré-escola popular*. S. Paulo, Ática, 1992.

WEISZ, Telma. *Revendo a função pedagógica da pré-escola*. São Paulo, FDE, 1994.

UNICEF. *Situação da Infância Brasileira*. 2001.